



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

11 setembro 25

Edição nº 438

Página 1 de 10

SUMÁRIO

GOVERNO Decretos	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	3
ADMINISTRAÇÃO Concurso Público	4
EDUCAÇÃO Resoluções.....	8
CÂMARA MUNICIPAL Atos do Poder Legislativo	9

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde. Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar Peçanha, 200 - Jardim da Saúde. Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**GOVERNO | Decretos****DECRETO Nº 3.515 DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.**

Dispõe sobre a adesão do Município de Jarinu ao Programa de Superação da Pobreza (Super Ação SP) instituído pela Lei Estadual nº 18.176, de 8 de julho de 2025, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 69.762 de 04 de agosto de 2025, e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, VI da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.176, de 8 de julho de 2025, que instituiu o Programa de Superação da Pobreza (SuperAção SP), com a finalidade de romper o ciclo intergeracional da pobreza e promover a autonomia e a melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade no estado de São Paulo;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 69.762 de 04 de agosto de 2025, que regulamentou a referida lei, detalhando os objetivos, a estrutura, as trilhas de atendimento e os critérios de participação das famílias e dos municípios no Programa;

CONSIDERANDO o caráter intersetorial e integrado do Programa SuperAção SP, que prevê a conexão das famílias a um conjunto de políticas públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar, geração de renda, educação, habitação, saúde, entre outras;

CONSIDERANDO a importância da parceria entre Estado e Municípios para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para a efetividade das ações de combate à pobreza no território;

CONSIDERANDO o convite formalizado pelo Governo do Estado de São Paulo para a participação do Município no Programa, nos termos do § 1º do artigo 3º do Decreto nº 69.762 de 04 de agosto de 2025; e

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a adesão do município de Jarinu ao Programa SuperAção SP, bem como o compromisso municipal com a execução do Programa e a definição da estrutura de governança local, em consonância com as diretrizes estaduais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica formalizada a adesão do Município de Jarinu ao Programa de Superação da Pobreza (SuperAção SP), instituído pela Lei Estadual nº 18.176, de 8 de julho de 2025, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 69.762 de 04 de agosto de 2025

Parágrafo Único. A adesão de que trata o “caput” formaliza o compromisso da gestão municipal em observar e executar as diretrizes, metodologias e procedimentos estabelecidos na

legislação estadual do Programa.

Art. 2º. A execução do Programa SuperAção SP no município será orientada pelos objetivos específicos de:

I - contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade social;

II - assegurar a proteção e a melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade;

III - promover o acesso das famílias a políticas, serviços, projetos e programas sociais;

IV - fortalecer os vínculos familiares e comunitários;

V - estimular o desenvolvimento da autonomia de indivíduos e famílias;

VI - fomentar o acesso das famílias ao mundo do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social será o órgão responsável pela coordenação central do Programa SuperAção SP no âmbito do Município, responsável pela interlocução com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

Art. 4º. Para a plena execução do Programa, o Município de Jarinu, por meio de seus órgãos competentes, assume as seguintes responsabilidades, em conformidade com o artigo 5º do Decreto nº 69.762 de 04 de agosto de 2025:

I - Promover a articulação contínua entre os órgãos municipais responsáveis pelas políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Habitação e outras afins, visando à oferta integrada de serviços para as famílias beneficiárias do Programa;

II - Designar formalmente:

a) O Coordenador Municipal, função exercida pelo(a) titular da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

b) Os Interlocutores Técnicos, função exercida por exemplo, pelos(as) coordenadores(as) dos Serviços de Proteção Social Básica, especialmente o(a) Coordenador(a) do(s) Centro(s) de Referência de Assistência Social (CRAS) do município.

III - Caberá ao Coordenador Municipal e aos Interlocutores Técnicos a articulação com os demais setores da gestão municipal e com a equipe estadual do Programa, bem como o acompanhamento da execução das ações pactuadas, observadas as diretrizes da Lei Estadual nº 18.176, de 8 de julho de 2025 e do Decreto nº 69.762 de 04 de agosto de 2025.

IV - Assegurar a disponibilização de equipe técnica qualificada e de estrutura administrativa e física adequadas para a execução das ações, incluindo, quando necessário, espaço



físico para a atuação das equipes de Supervisores e Agentes de SuperAção e para a realização de oficinas e atividades coletivas.

V - Realizar a busca ativa de famílias elegíveis ao Programa, em colaboração com as equipes estaduais, bem como apoiar o acompanhamento sistemático das famílias incluídas nas Trilhas de Proteção Social e de Superação da Pobreza.

VI - Aderir e utilizar o Sistema de Informação, Gestão, Monitoramento e Atendimento (SIGMA) disponibilizado pelo Estado, comprometendo-se a manter os registros das famílias, dos atendimentos e dos encaminhamentos devidamente atualizados, conforme as normativas do Programa.

VII - Assegurar a participação integral das equipes técnicas municipais (coordenador, interlocutores e técnicos de referência dos serviços) nas capacitações, formações e reuniões técnicas ofertadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado.

VIII - Fomentar e articular, em âmbito local, ações de inclusão produtiva e de segurança alimentar e nutricional, buscando parcerias com o setor privado, organizações da sociedade civil e outros atores locais para ampliar as oportunidades de trabalho e renda para os beneficiários.

IX - Apoiar as estratégias de comunicação e mobilização social do Programa, divulgando suas ações e auxiliando no engajamento das famílias beneficiárias nas atividades propostas.

Art. 5º. Fica instituído o Comitê Municipal Intersetorial do Programa SuperAção SP, órgão colegiado de caráter deliberativo e de articulação, com as seguintes atribuições:

a) Articular as políticas, serviços e benefícios municipais para garantir a oferta integrada às famílias participantes do Programa SuperAção SP;

b) Monitorar o alcance das metas locais e os indicadores de execução do Programa, propondo ajustes e soluções para os desafios territoriais;

c) Promover a articulação entre as equipes do Programa SuperAção SP e a rede de serviços local;

d) Fomentar parcerias com a sociedade civil e o setor produtivo para ampliar as oportunidades de qualificação e inclusão produtiva no município.

Art. 6º. O Comitê Municipal Intersetorial será presidido pelo (a) Prefeito Municipal e será composto por pelo menos um representante das principais Secretarias Municipais envolvidas na execução do Programa no município, com a seguinte composição mínima:

I- 1(um) representante da área de Assistência Social;

II- 1 (um) representante da área da Saúde;

III- 1 (um) representante da área da Educação;

IV- 1 (um) representante da área de Desenvolvimento Econômico

V- 1 (um) representante da área de Habitação;

VI- 1 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade.

§1º O ato de nomeação dos membros do Comitê será publicado no Diário Oficial do Município, e seu regimento interno será definido em reunião inaugural.

§2º Poderão ser convidados mais representantes de outras áreas pertinentes no município, que fazem conexão com as propostas do Programa SuperAção SP.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

ARELI FORMAGGIO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

DALTO SORANZ
Secretário Municipal de Governo

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 217/2025

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação em que visa à Contratação de empresa gráfica especializada para o fornecimento de impressos de envelopes e blocos autocopiativos para atender as necessidades do Setor de Tributação Municipal, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 12/09/2025

PRAZO FINAL : 16/09/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta



de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO | Concurso Público



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

RETIFICAÇÃO Nº 01 CONTEMPLANDO A ABERTURA DE ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, visando atender à Notícia de Fato nº 0314.0000112/2025, encaminhada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça de Jarinu/SP, torna público a **ABERTURA** do prazo de Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, conforme orientações e segue:

- Os candidatos amparados pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018 (Candidato Inscrito no CadÚnico ou doadores de medula óssea) poderão realizar, nos dias 11 e 12 de setembro de 2025, a Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, conforme informações constantes neste Edital;
- Os candidatos que já realizaram as inscrições e que desejarem solicitar a Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição conforme previsto na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderão realizar a solicitação conforme informações constantes neste Edital;
- Os candidatos deverão observar as datas constantes no Cronograma Atualizado, disponível no Anexo VI, deste Edital; e
- Os candidatos que realizaram as inscrições e efetuaram o pagamento do boleto bancário e que solicitarem a isenção da taxa de inscrição e que **preenchem** os Requisitos, conforme determinado na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderão solicitar a restituição do valor da inscrição conforme informações a serem publicadas após o encerramento do período de inscrições.

No CAPÍTULO III – DAS INSCRIÇÕES, na tabela do item 3.4, leia-se como consta e não como constou:

3.4. Não será concedida **ISENÇÃO** total ou parcial da taxa de inscrição, exceto ao candidato amparado pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

Acrescenta-se o CAPÍTULO III – B – DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, conforme consta a seguir:

3.23. O candidato amparado pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderá realizar, nos dias 11 e 12 de setembro de 2025, iniciando-se às 17h00, do dia 11 de setembro de 2025, e encerrando-se, impreterivelmente, às 17h00 do dia 12 de setembro de 2025, observado o Horário Oficial de Brasília/DF, sua Solicitação de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição, no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), desde que:

- o candidato pertença a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional; OU
 - o candidato seja doador de medula óssea, devidamente cadastrado no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME).
- 3.24. Para obter a sua isenção o candidato deverá preencher CORRETAMENTE, no período estabelecido no item 3.23, no momento de sua inscrição, a Solicitação de Isenção on-line do pagamento do valor da taxa de inscrição, que ficará disponível no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), bem como declarar eletronicamente de que atende as condições previstas em Lei e de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções previstas na Lei, e seguir o seguinte procedimento:

Isenção – Inscrição no Cadastro Único

3.24.1. **Solicitação de Isenção – Inscrição no Cadastro Único (Decreto nº 6.993/2008):** o Candidato deverá informar **no ato da inscrição, em campo específico**:

- Número de Identificação Social (NIS) válido;
- Data de Nascimento

Obs: o nome completo e o número de CPF (também necessários para a análise do CadÚnico) estará vinculado ao informado no cadastro do candidato.

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

3.24.1.1. Conforme normas do SISTAC (Sistema de Isenção da Taxa de Inscrição em Concurso Público), do Ministério do Desenvolvimento Social, o candidato terá direito a isenção do pagamento da taxa de inscrição, se:

- O número do NIS informado seja do candidato e esteja cadastrado;
- Pertencer a família com renda familiar, per capita, de até meio salário-mínimo;
- Informar o NIS e o nome completo e idêntico aos que constam no Cadastro Único; e
- Estiver com cadastro atualizado, ou seja, que tenha sido incluído ou atualizado há 24 meses ou menos.

3.24.1.2. Somente serão elegíveis candidatos de famílias com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo. O Cadastro do candidato deverá ter sido incluído ou atualizado pela última vez há no máximo 24 meses.

Isenção – Doador de Medula Óssea

3.24.2. **Solicitação de Isenção – Doador de Medula Óssea:** enviar por upload no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), a cópia digitalizada ou o Documento emitido de forma Digital, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: "ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO" os seguintes documentos:

a) **cópia digitalizada ou o Documento emitido de forma Digital** da carteirinha e/ou declaração de doador – Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, disponível no aplicativo REDOME; e

b) Declaração de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição preenchida e assinada conforme Anexo VII, deste Edital.

3.24.3. Os documentos previstos no subitem 3.24.2, deverão ser encaminhados até as 17h30 do dia 12 de setembro de 2025, por upload no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: "ISENÇÃO".

3.24.4. Antes de encaminhar os documentos de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição, o candidato deverá:

- digitalizar as cópias dos documentos e salvar o arquivo em formato PDF, JPG ou GIF, com até 10 (dez) MB;
- no caso do Documento emitido de forma Digital, baixar o arquivo e enviar em formato PDF, JPG ou GIF, com até 10 (dez) MB;
- os documentos que possuírem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;
- conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos;
- verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

3.24.5. Os documentos obtidos por meio digital (via Internet) deverão atender as seguintes condições:

- conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante;
- conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão;

3.24.6. Não será(ão) analisado(s) documento(s) ilegível(is) e/ou com rasura(s) ou proveniente(s) de arquivo corrompido, bem como arquivo(s) encaminhado(s) em formato(s) diferente(s) de PDF, JPG ou GIF.

3.24.7. Não serão considerados documentos encaminhados por e-mail, Correios, fax ou por quaisquer outras formas diferentes da única especificada neste Edital.

3.25. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o item 3.23, estará sujeito:

- ao cancelamento da inscrição e exclusão do Concurso Público, se a falsidade for constatada antes da Homologação de seu Resultado;
- à exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a Homologação do Resultado e antes da nomeação para o Cargo;
- à declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

3.26. Será considerada nula a isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- omitir informações e/ou apresentar informações inverídicas;
- falsificar e/ou falsificar documentação;
- 3.26.1. Para os casos mencionados nas alíneas "a" e "b", do item 3.26, acima, o candidato terá sua situação informada à autoridade policial competente para as providências cabíveis.

3.27. Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- pleitear a isenção sem preencher, no momento da inscrição, o Formulário de Solicitação de Isenção/isenção disponível no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br);
- não observar o período para a solicitação de isenção; e
- não observar ao solicitado no item 3.24, e subitens.

3.28. Não serão aceitas as Solicitações de Isenção de Taxa de Inscrição por e-mail, Correios, fax ou por quaisquer outras formas diferentes da única especificada neste Edital, bem como se apresentadas incompletas.

3.29. É vedada a concessão de isenção de 02 (duas) ou mais taxas de inscrição ao candidato no mesmo Concurso Público.

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

3.30. Ao término da apreciação das Solicitações de Isenção/isenção do pagamento da taxa de inscrição e dos respectivos documentos, o INSTITUTO MAIS divulgará no site (www.institutomais.org.br), na data prevista de 16 de setembro de 2025, o Resultado da apreciação dos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição na Área Restrita do candidato.

3.30.1. O requerimento de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, se deferido, formalizará a inscrição do candidato no Concurso.

3.30.2. O candidato que tiver sua solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferida poderá interpor recurso, conforme Capítulo dos Recursos deste Edital.

3.30.2.1. No prazo recursal, não será possível a inclusão ou alteração de dados ou dos documentos enviados no prazo previsto no item 3.24.

3.30.2.2. Ao término da apreciação dos recursos contra o indeferimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição, o INSTITUTO MAIS divulgará no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na data prevista de 22 de setembro de 2025, o Resultado Final da apreciação dos pedidos, na Área Restrita do candidato.

3.30.2.3. Os candidatos que tiverem a sua solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderão garantir a sua participação no Concurso Público por meio de inscrição, imprimindo o boleto bancário, com data de pagamento até 24 de setembro de 2025, disponível até as 17h.

3.30.3. O interessado que não tiver seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido, e que não efetuar a inscrição na forma estabelecida neste Capítulo, não terá sua inscrição efetivada.

3.31. O INSTITUTO MAIS e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, encaminhamento para link diverso do previsto em Edital, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

No CAPÍTULO XI – DOS RECURSOS, no item 11.1; 11.2.1 e 11.2.2, leia-se como consta e não como constou:

11.1. Serão admitidos recursos a serem interpostos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da:

- divulgação do resultado da isenção da taxa de inscrição;
- divulgação dos Deferimentos, Indeferimentos ou Homologação das inscrições;
- aplicação das Provas Objetivas e Prova Prática de Direção Veicular (quando houver);
- divulgação do Gabarito das Provas Objetivas;
- divulgação do Resultado Provisório da Prova Objetiva; Prova Prática de Direção Veicular (quando houver) e da Prova de Títulos (quando houver);

11.2.1. No prazo de recurso previsto no item 11.1, alínea "d", será disponibilizado na Área Restrita do candidato, um exemplar do Caderno de Questões do Cargo referente à prova realizada.

11.2.2. No prazo de recurso previsto no item 11.1, alínea "e", serão disponibilizadas, na Área Restrita dos candidatos, a Folha de Resposta da Prova Objetiva (de todos os candidatos presentes à prova).

No ANEXO VI – CRONOGRAMA PREVISTO, leia-se como consta e não como constou:

DATAS	EVENTOS
25/08 a 23/09/2025	Período de Inscrição pela Internet no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br).
10/09/2025	Publicação, nos veículos oficiais de divulgação do Concurso Público: REPUBLICAÇÃO DO Edital de Abertura de Inscrição. ABERTURA DE PEDIDOS DE ISENÇÃO
11 e 12/09/2025 das 17h 12/09/2025 das 17h30	PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, NO SITE DO IMAIS. Data limite para envio, via upload, dos documentos exigidos para comprovação de Isenção.
16/09/2025 das 17h	Divulgação, nos veículos oficiais: Resultado das Solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição
17 e 18/09/2025	Prazo recursal contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição de Inscrição, através do site do IMAIS.
22/09/2025 das 17h	Divulgação, nos veículos oficiais: Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição – Pós-Recurso.
24/09/2025	Prazo para que os candidatos que tiveram Indeferimento quando da Solicitação da Isenção da Taxa de Inscrição imprimam o boleto bancário.

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

Acrescenta-se o ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Permanecem inalterados os demais itens do Edital do Concurso Público nº 01/2025.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital de Retificação nº 01.

Jarinu/SP, 10 de setembro de 2025.

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP

REALIZAÇÃO:



4



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

RETIFICAÇÃO Nº 01 CONTEMPLANDO A ABERTURA DE ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 02/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, visando atender à Notícia de Fato nº 0314.0000112/2025, encaminhada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça de Jarinu/SP, torna público a **ABERTURA** do prazo de Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, conforme orientações e segue:

- Os candidatos amparados pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018 (Candidato Inscrito no CadÚnico ou doadores de medula óssea), poderão realizar, nos dias **11 e 12 de setembro de 2025**, a Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, conforme informações constantes neste Edital;
- Os candidatos que já realizaram as inscrições e que desejarem solicitar a Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição conforme previsto na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderão realizar a solicitação conforme informações constantes neste Edital;
- Os candidatos deverão observar as datas constantes no Cronograma Atualizado, disponível no **Anexo VI**, deste Edital; e
- Os candidatos que realizaram as inscrições e efetuaram o pagamento do boleto bancário e que solicitarem a isenção da taxa de inscrição e que **preenchem** os Requisitos, conforme determinado na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderão solicitar a restituição do valor da inscrição conforme informações a serem publicadas após o encerramento do período de inscrições.

No CAPÍTULO III – DAS INSCRIÇÕES, na tabela do item 3.4, leia-se como consta e não como constou:

3.4. Não será concedida **ISENÇÃO** total ou parcial da taxa de inscrição, exceto ao candidato amparado pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

Acrescenta-se o CAPÍTULO III – B - DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, conforme consta a seguir:

3.23. O candidato amparado pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderá realizar, nos dias **11 e 12 de setembro de 2025**, iniciando-se às **10h00**, do dia **11 de setembro de 2025**, e encerrando-se, impreterivelmente, às **17h00** do dia **12 de setembro de 2025**, observado o Horário Oficial de Brasília/DF, sua Solicitação de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição, no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), desde que:

- o candidato pertença a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional; **OU**
- o candidato seja doador de medula óssea, devidamente cadastrado no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME).

3.24. Para obter a sua isenção o candidato deverá preencher **CORRETAMENTE**, no período estabelecido no item 3.23, no momento de sua inscrição, a Solicitação de Isenção/isenção **on-line** do pagamento do valor da taxa de inscrição, que ficará disponível no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), bem como declarar eletronicamente de que atende as condições previstas em Lei e de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na Lei e, **seguir o seguinte procedimento:**

Isenção – Inscrição no Cadastro Único

3.24.1. **Solicitação de Isenção – Inscrição no Cadastro Único (Decreto nº 6.593/2008):** o Candidato deverá informar **no ato da inscrição, em campo específico:**

- Número de Identificação Social (NIS) válido;
- Data de Nascimento

Obs: o nome completo e o número de CPF (também necessários para a análise do CadÚnico) estará vinculado ao informado no cadastro do candidato.

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

3.30. Ao término da apreciação das Solicitações de Isenção/isenção do pagamento da taxa de inscrição e dos respectivos documentos, o INSTITUTO MAIS divulgará no site (www.institutomais.org.br), na data prevista de **16 de setembro de 2025**, o Resultado da apreciação dos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição na Área Restrita do candidato.

3.30.1. O requerimento de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, se deferido, formalizará a inscrição do candidato no Concurso.

3.30.2. O candidato que tiver sua solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferida poderá interpor recurso, conforme **Capítulo dos Recursos** deste Edital.

3.30.2.1. No prazo recursal, não será possível a inclusão ou alteração de dados ou dos documentos enviados no prazo previsto no item 3.24.

3.30.2.2. Ao término da apreciação dos recursos contra o indeferimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição, o INSTITUTO MAIS divulgará no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na data prevista de **22 de setembro de 2025**, o Resultado Final da apreciação dos pedidos, na Área Restrita do candidato.

3.30.2.3. Os candidatos que tiverem a sua solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderão garantir a sua participação no Concurso Público por meio de inscrição, imprimindo o boleto bancário, com data de pagamento até **24 de setembro de 2025**, disponível até as **17h**.

3.30.3. O interessado que não tiver seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido, e que não efetuar a inscrição na forma estabelecida neste Capítulo, não terá sua inscrição efetivada.

3.31. O INSTITUTO MAIS e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

No CAPÍTULO X – DOS RECURSOS, no item 10.1; 10.2.1 e 10.2.2, leia-se como consta e não como constou:

10.1. Serão admitidos recursos a serem interpostos no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** contados da:

- divulgação do **resultado da isenção da taxa de inscrição**;
- divulgação dos **Deferimentos, Indeferimentos e Homologação das Inscrições**;
- aplicação das **Provas Objetivas ou Prova Prática de Direção Veicular**;
- divulgação do **Gabário das Provas Objetivas**;
- divulgação do **Resultado Provisório da Prova Objetiva ou Prova Prática de Direção Veicular**;

10.2.1. No prazo de recurso previsto no item 10.1, alínea "d", será disponibilizado na Área Restrita do candidato, um exemplar do Caderno de Questões do Cargo referente à prova realizada.

10.2.2. No prazo de recurso previsto no item 10.1, alínea "e", serão disponibilizadas, na Área Restrita dos candidatos, a Folha de Resposta da Prova Objetiva (de todos os candidatos presentes à prova).

No ANEXO V – CRONOGRAMA PREVISTO, leia-se como consta e não como constou:

DATAS	EVENTOS
25/08 a 23/09/2025	Período de Inscrição pela Internet no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br).
10/09/2025	Publicação, nos veículos oficiais de divulgação do Concurso Público: • REPUBLICAÇÃO DO Edital de Abertura de Inscrição. ABERTURA DE PEDIDOS DE ISENÇÃO
11 e 12/09/2025 Até 17h	PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, NO SITE DO IMAIS.
12/09/2025 17h30	Data limite para envio, via upload, dos documentos exigidos para comprovação de Isenção.
16/09/2025 Após 17h	Divulgação, nos veículos oficiais: • Resultado das Solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição.
17 e 18/09/2025	Prazo recursal contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição de Inscrição, através do site do IMAIS.
22/09/2025 Após 17h	Divulgação, nos veículos oficiais: • Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição – Pós-Recurso.
24/09/2025	Prazo para que os candidatos que tiveram Indeferimento quando da Solicitação da Isenção da Taxa de Inscrição imprimam o boleto bancário.

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

3.24.1.1. Conforme normas do SISTAC (Sistema de Isenção da Taxa de Inscrição em Concurso Público), do Ministério do Desenvolvimento Social, o candidato terá direito a isenção do pagamento da taxa de inscrição, se:

- O número do NIS informado seja do candidato e esteja cadastrado;
- Pertencer a família com renda familiar, per capita, de até meio salário-mínimo;
- Informar o NIS e o nome completo e idêntico aos que constam no Cadastro Único; e
- Estiver com cadastro atualizado, ou seja, que tenha sido incluído ou atualizado há 24 meses ou menos.

3.24.1.2. Somente serão elegíveis candidatos de famílias com renda familiar per capita de **até meio salário-mínimo**. O Cadastro do candidato deverá ter sido incluído ou atualizado pela última vez há no máximo 24 meses.

Isenção – Doador de Medula Óssea

3.24.2. **Solicitação de Isenção – Doador de Medula Óssea:** enviar por **upload** no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), a **cópia digitalizada ou o Documento emitido de forma Digital**, na Área Restrita do candidato, em **link** específico, com Ref.: "ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO" os seguintes documentos:

- cópia digitalizada ou o Documento emitido de forma Digital** da cartela de doador de doador – Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, disponíveis no aplicativo REDOME; e
- Declaração de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição preenchida e assinada conforme **Anexo VI**, deste Edital.

3.24.3. Os documentos previstos no subitem 3.24.2, deverão ser encaminhados **até as 17h30 do dia 12 de setembro de 2025**, por **upload** no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na Área Restrita do candidato, em **link** específico, com Ref.: "ISENÇÃO".

3.24.4. Antes de encaminhar os documentos de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição, o candidato deverá:

- digitalizar as cópias dos documentos e salvar o arquivo em formato PDF, JPG ou GIF, com até 10 (dez) MB;
- no caso de Documento emitido de forma Digital, baixar o arquivo e enviar em formato PDF, JPG ou GIF, com até 10 (dez) MB;
- os documentos que possuem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;
- conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos;
- verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

3.24.5. Os documentos obtidos por meio digital (via Internet) deverão atender as seguintes condições:

- conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante;
- conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

3.24.6. Não será(ão) analisado(s) documento(s) ilegível(is) e/ou com rasura(s) ou proveniente(s) de arquivo corrompido, bem como arquivo(s) encaminhado(s) em formato(s) diferente(s) de PDF, JPG ou GIF.

3.24.7. Não serão considerados documentos encaminhados por e-mail, Correios, fax ou por quaisquer outras formas diferentes da única especificada neste Edital.

3.25. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o item 3.23., estará sujeito:

- ao cancelamento da inscrição e exclusão do Concurso Público, se a falsidade for constatada antes da Homologação de seu Resultado;
- à exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a Homologação do Resultado e antes da nomeação para o Cargo;
- à declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

3.26. Será considerada nula a isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- omitir informações e/ou apresentar informações inverídicas;
- fraudar e/ou falsificar documentação.

3.26.1. Para os casos mencionados nas alíneas "a" e "b", do item 3.26, acima, o candidato terá sua situação informada à autoridade policial competente para as providências cabíveis.

3.27. Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- pleitear a isenção sem preencher, no momento da inscrição, o **Formulário de Solicitação de Isenção/isenção** disponível no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br);
- não observar o período para a solicitação de isenção; e
- não observar ao solicitado no item 3.24. e subitens.

3.28. Não serão aceitas as Solicitações de Isenção de Taxa de Inscrição por e-mail, Correios, fax ou por quaisquer outras formas diferentes da única especificada neste Edital, bem como se apresentadas incompletas.

3.29. É vedada a concessão de isenção de 02 (duas) ou mais taxas de inscrição ao candidato no mesmo Concurso Público.

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

Acrescenta-se o ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Permanecem inalterados os demais itens do Edital do Concurso Público nº 02/2025.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente **Edital de Retificação nº 01**.

Jarinu/SP, 10 de setembro de 2025.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP

REALIZAÇÃO:



4



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

RETIFICAÇÃO Nº 02 CONTEMPLANDO A ABERTURA DE ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 03/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, visando atender à Notícia de Fato nº 0314.0000112/2025, encaminhadas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça de Jarinu/SP, torna público a **ABERTURA** do prazo de Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, conforme orientações e segue:

- a) Os candidatos amparados pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018 (Candidato Inscrito no CadÚnico ou doadores de medula óssea), poderão realizar, nos dias **11 e 12 de setembro de 2025**, a Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, conforme informações constantes neste Edital;
- b) Os candidatos que já realizaram as inscrições e que desejarem solicitar a Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição conforme previsto na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderão realizar a solicitação conforme informações constantes neste Edital;
- c) Os candidatos deverão observar as datas constantes no Cronograma Atualizado, disponível no **Anexo VI**, deste Edital; e
- d) Os candidatos que realizaram as inscrições e **efetuaram o pagamento** do boleto bancário e **que solicitarem a isenção da taxa de inscrição** e **que preencham** os Requisitos, conforme determinado na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, **poderão solicitar a restituição do valor da inscrição** conforme informações a serem publicadas após o encerramento do período de inscrições.

No **CAPÍTULO III – DAS INSCRIÇÕES**, na tabela do **Item 3.4**, leia-se como consta e não como constou:

3.4. Não será concedida **ISENÇÃO** total ou parcial da taxa de inscrição, exceto ao candidato amparado pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

Acrescenta-se o **CAPÍTULO III – B – DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**, conforme consta a seguir:

3.23. O candidato amparado pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderá realizar, nos dias **11 e 12 de setembro de 2025**, iniciando-se às **10h00**, do dia **11 de setembro de 2025**, e encerrando-se, impreterivelmente, às **17h00** do dia **12 de setembro de 2025**, observado o Horário Oficial de Brasília/DF, sua Solicitação de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição, no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), desde que:

a) o candidato pertença a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional; **OU**

b) o candidato seja doador de medula óssea, devidamente cadastrado no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME).

3.24. Para obter a sua isenção o candidato deverá **preencher CORRETAMENTE**, no período estabelecido no **Item 3.23**, no momento de sua inscrição, a Solicitação de Isenção/isenção **on-line** do pagamento do valor da taxa de inscrição, que ficará disponível no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), bem como declarar eletronicamente de que atende as condições previstas em Lei e de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na Lei; e **seguir o seguinte procedimento**:

Isenção – Inscrição no Cadastro Único

3.24.1. Solicitação de Isenção – Inscrição no Cadastro Único (Decreto nº 6.593/2008): O Candidato deverá informar **no ato da inscrição, em campo específico**:

a) Número de Identificação Social (NIS) válido;

b) Data de Nascimento

Obs: o nome completo e o número de CPF (também necessários para a análise do CadÚnico) estará vinculado ao informado no cadastro do candidato.

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

3.24.1.1. Conforme normas do SISTAC (Sistema de Estado da Taxa de Inscrição em Concurso Público), do Ministério do Desenvolvimento Social, o candidato terá direito a isenção do pagamento da taxa de inscrição, se:

- a) O número do NIS informado seja do candidato e esteja cadastrado;
- b) Pertencer a família com renda familiar, per capita, de até meio salário-mínimo;
- c) Informar o NIS e o nome completo e idêntico aos que constam no Cadastro Único; e
- d) Estiver com cadastro atualizado, ou seja, que tenha sido incluído ou atualizado há 24 meses ou menos.

3.24.1.2. Somente serão elegíveis candidatos de famílias com renda familiar per capita de **até meio salário-mínimo**. O Cadastro do candidato deverá ter sido incluído ou atualizado pela última vez há no **máximo 24 meses**.

Isenção – Doador de Medula Óssea

3.24.2. Solicitação de Isenção – Doador de Medula Óssea: enviar por **upload** no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), **a cópia digitalizada ou o Documento emitido de forma Digital**, na Área Restrita do candidato, em **link específico**, com Ref.: "ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO" os seguintes documentos:

a) **cópia digitalizada ou o Documento emitido de forma Digital** da carteirinha e/ou declaração de doador – Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, disponíveis no aplicativo REDOME; e

b) Declaração de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição preenchida e assinada conforme **Anexo VI**, deste Edital.

3.24.3. Os documentos previstos no subitem **3.24.2**, deverão ser encaminhados **até às 17h30 do dia 12 de setembro de 2025**, por **upload** no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na Área Restrita do candidato, em **link específico**, com Ref.: "ISENÇÃO".

3.24.4. Antes de encaminhar os documentos de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição, o candidato deverá:

a) digitalizar as cópias dos documentos e salvar o arquivo em formato PDF, JPG ou GIF, com até **10 (dez) MB**;

b) no caso de Documento emitido de forma Digital, baixar o arquivo e enviar em formato PDF, JPG ou GIF, com até **10 (dez) MB**;

c) os documentos que possuírem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;

d) conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos;

e) verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

3.24.5. Os documentos obtidos por meio digital (via Internet) deverão atender as seguintes condições:

a) conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante;

b) conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

3.24.6. Não será(ão) analisado(s) documento(s) ilegível(is) e/ou com rasura(s) ou proveniente(s) de arquivo corrompido, bem como arquivo(s) encaminhado(s) em formato(s) diferente(s) de PDF, JPG ou GIF.

3.24.7. Não serão considerados documentos encaminhados por e-mail, Correios, fax ou por quaisquer outras formas diferentes da única especificada neste Edital.

3.25. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o **Item 3.23**, estará sujeito:

a) ao cancelamento da inscrição e exclusão do Concurso Público, se a falsidade for constatada antes da Homologação de seu Resultado;

b) à exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a Homologação do Resultado e antes da nomeação para o Cargo;

c) à declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

3.26. Será considerada nula a isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou apresentar informações inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar documentação.

3.26.1. Para os casos mencionados nas alíneas "a" e "b", do **Item 3.26**, acima, o candidato terá sua situação informada à autoridade policial competente para as providências cabíveis.

3.27. Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

a) pleitear a isenção sem preencher, no momento da inscrição, o Formulário de Solicitação de Isenção/isenção disponível no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br);

b) não observar o período para a solicitação de isenção; e

c) não observar ao solicitado no **Item 3.24**, e subitens.

3.28. Não serão aceitas as Solicitações de Isenção de Taxa de Inscrição por e-mail, Correios, fax ou por quaisquer outras formas diferentes da única especificada neste Edital, bem como se apresentadas incompletas.

3.29. É vedada a concessão de isenção de 02 (duas) ou mais taxas de inscrição ao candidato no mesmo Concurso Público.

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

3.30. Ao término da apreciação das Solicitações de Isenção/isenção do pagamento da taxa de inscrição e dos respectivos documentos, o INSTITUTO MAIS divulgará no site (www.institutomais.org.br), na data prevista de **16 de setembro de 2025**, o Resultado da apreciação dos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição na Área Restrita do candidato.

3.30.1. O requerimento de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, se deferido, formalizará a inscrição do candidato no Concurso.

3.30.2. O candidato que tiver sua solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição **indeferida** poderá interpor recurso, conforme **Capítulo dos Recursos** deste Edital.

3.30.2.1. No prazo recursal, não será possível a inclusão ou alteração de dados ou dos documentos enviados no prazo previsto no **Item 3.24**.

3.30.2.2. Ao término da apreciação dos recursos contra o indeferimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição, o INSTITUTO MAIS divulgará no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na data prevista de **22 de setembro de 2025**, o Resultado Final da apreciação dos pedidos, na Área Restrita do candidato.

3.30.2.3. Os candidatos que tiverem a sua solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderão garantir a sua participação no Concurso Público por meio de inscrição, imprimindo o boleto bancário, com data de pagamento até **24 de setembro de 2025**, disponível **até às 17h**.

3.30.3. O interessado que não tiver seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido, e que não efetuar a inscrição na forma estabelecida neste Capítulo, não terá sua inscrição efetuada.

3.31. O INSTITUTO MAIS e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

No **CAPÍTULO XII – DOS RECURSOS**, no **Item 12.1**; **12.2.1** e **12.2.2**, leia-se como consta e não como constou:

12.1. Serão admitidos recursos a serem interpostos no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** contados da:

a) divulgação do resultado da isenção da taxa de inscrição;

b) divulgação dos Deferimentos, Indeferimentos e Homologação das inscrições;

c) aplicação das Provas Objetivas, Prova Prática (quando houver) e Prova Prática de Direção Veicular (quando houver);

d) divulgação do Gabarito das Provas Objetivas;

e) divulgação do Resultado Provisório da Prova Objetiva; Prova Prática (quando houver) e Prova Prática de Direção Veicular (quando houver);

12.2.1. No prazo de recurso previsto no **Item 12.1**, alínea "d", será disponibilizado na Área Restrita do candidato, um exemplar do Caderno de Questões do Cargo referente à prova realizada.

12.2.2. No prazo de recurso previsto no **Item 12.1**, alínea "e", serão disponibilizadas, na Área Restrita dos candidatos, a Folha de Resposta da Prova Objetiva (de todos os candidatos presentes à prova).

No **ANEXO V – CRONOGRAMA PREVISTO**, leia-se como consta e não como constou:

DATAS	EVENTOS
08/09 a 07/10/2025	Período de Inscrição pela Internet no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br).
10/09/2025	Publicação, nos veículos oficiais de divulgação do Concurso Público: • REPUBLICAÇÃO DO Edital de Abertura de Inscrição. • ABERTURA DE PEDIDOS DE ISENÇÃO
11 e 12/09/2025 Até 17h	PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, NO SITE DO IMAIS.
12/09/2025 17h30	Data limite para envio, via upload, dos documentos exigidos para comprovação de Isenção.
16/09/2025 Até 17h	Divulgação, nos veículos oficiais: • Resultado das Solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição
17 e 18/09/2025	Prazo recursal contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição de Inscrição, através do site do IMAIS.
22/09/2025 Até 17h	Divulgação, nos veículos oficiais: • Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição – Pós-Recurso.
24/09/2025	Prazo para que os candidatos que tiveram Indeferimento quando da Solicitação da Isenção da Taxa de Inscrição imprimam o boleto bancário.

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

Acrescenta-se o **ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

Permanecem inalterados os demais itens do Edital do Concurso Público nº 03/2025.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital de Retificação nº 02.

Jarinu/SP, 10 de setembro de 2025.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP

REALIZAÇÃO:





PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

RETIFICAÇÃO Nº 01

CONTEMPLANDO A ABERTURA DE ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 04/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, visando atender à Notícia de Fato nº 0314.0000112/2025, encaminhadas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça de Jarinu/SP, torna público a **ABERTURA** do prazo de Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, conforme orientações e segue:

- Os candidatos amparados pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018 (Candidato Inscrito no CadÚnico ou doadores de medula óssea), poderão realizar, nos dias **11 e 12 de setembro de 2025**, a Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, conforme informações constantes neste Edital;
- Os candidatos que já realizaram as inscrições e que desejarem solicitar a **Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição** conforme previsto na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderão realizar a solicitação conforme informações constantes neste Edital;
- Os candidatos deverão observar as datas constantes no Cronograma Atualizado, disponível no **Anexo VI**, deste Edital; e
- Os candidatos que realizaram as inscrições e efetuaram o pagamento do boleto bancário e que solicitarem a **isenção da taxa de inscrição** e que **preenchem** os Requisitos, conforme determinado na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, **poderão solicitar a restituição do valor da inscrição** conforme informações a serem publicadas após o encerramento do período de inscrições.

No CAPÍTULO III – DAS INSCRIÇÕES, na tabela do item 3.4, leia-se como consta e não como constou:

3.4. Não será concedida **ISENÇÃO** total ou parcial da taxa de inscrição, exceto ao candidato amparado pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

Acrescenta-se o CAPÍTULO III – B - DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, conforme consta a seguir:

3.23. O candidato amparado pela Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderá realizar, nos dias **11 e 12 de setembro de 2025**, iniciando-se às **10h00**, do dia **11 de setembro de 2025**, e encerrando-se, impreterivelmente, às **17h00** do dia **12 de setembro de 2025**, observado o Horário Oficial de Brasília/DF, sua Solicitação de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição, no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), desde que:

- o candidato pertença a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional; **OU**
- o candidato seja doador de medula óssea, devidamente cadastrado no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME).

3.24. Para obter a sua isenção o candidato deverá preencher **CORRETAMENTE**, no período estabelecido no item 3.23, no momento de sua inscrição, a **Solicitação de inscrição/isenção on-line** do pagamento do valor da taxa de inscrição, que ficará disponível no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), bem como declarar eletronicamente de que atende as condições previstas em Lei e de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na Lei; e **seguir o seguinte procedimento:**

Isenção – Inscrição no Cadastro Único

3.24.1. **Solicitação de Isenção – Inscrição no Cadastro Único (Decreto nº 6.593/2008): o Candidato deverá informar no ato da inscrição, em campo específico:**

- Número de Identificação Social (NIS) válido;
- Data de Nascimento

Obs: o nome completo e o número de CPF (também necessários para a análise do CadÚnico) estará vinculado ao informado no cadastro do candidato.

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

3.30. Ao término da apreciação das **Solicitações de inscrição/isenção** do pagamento da taxa de inscrição e dos respectivos documentos, o INSTITUTO MAIS divulgará no site (www.institutomais.org.br), na data prevista de **16 de setembro de 2025**, o Resultado da apreciação dos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição na Área Restrita do candidato.

3.30.1. O requerimento de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, se deferido, formalizará a inscrição do candidato no Concurso.

3.30.2. O candidato que tiver sua solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição **indeferida** poderá interpor recurso, conforme **Capítulo dos Recursos** deste Edital.

3.30.2.1. No prazo recursal, não será possível a inclusão ou alteração de dados ou dos documentos enviados no prazo previsto no item 3.24.

3.30.2.2. Ao término da apreciação dos recursos contra o indeferimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição, o INSTITUTO MAIS divulgará no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na data prevista de **22 de setembro de 2025**, o Resultado Final da apreciação dos pedidos, na Área Restrita do candidato.

3.30.2.3. Os candidatos que tiverem a sua solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderão garantir a sua participação no Concurso Público por meio de inscrição, imprimindo o boleto bancário, com data de pagamento até **24 de setembro de 2025**, disponível **até as 17h**.

3.30.3. O interessado que não tiver seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido, e que não efetuar a inscrição na forma estabelecida neste Capítulo, não terá sua inscrição efetuada.

3.31. O INSTITUTO MAIS e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

No CAPÍTULO XI – DOS RECURSOS, no item 11.1; 11.2.1 e 11.2.2, leia-se como consta e não como constou:

11.1. Serão admitidos recursos a serem interpostos no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** contados da:

- divulgação do resultado da isenção da taxa de inscrição;**
- resultado da **Análise das Solicitações de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição;**
- divulgação dos Deferimentos, Indeferimentos e Homologação das inscrições;
- aplicação das Provas Objetiva e Prático-Profissional;
- divulgação do Gabarito Provisório da Prova Objetiva; e
- divulgação do Resultado Provisório das Provas Objetiva, Prático-Profissional e Títulos.

11.2.1. No prazo de recurso previsto no item 11.1, alínea "e", será disponibilizado na Área Restrita do candidato, um **exemplar do Caderno de Questões** do Cargo referente à prova realizada.

11.2.2. No prazo de recurso previsto no item 11.1, alínea "f", serão disponibilizadas, na área restrita dos candidatos, a Folha de Resposta da Prova Objetiva, bem como a Folha de Resposta da Prova Prático-Profissional.

No ANEXO V – CRONOGRAMA PREVISTO, leia-se como consta e não como constou:

DATAS	EVENTOS
25/08 a 23/09/2025	Período de Inscrição pela Internet no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br).
10/09/2025	Publicação, nos veículos oficiais de divulgação do Concurso Público: • REPUBLICAÇÃO DO Edital de Abertura de Inscrição. ABERTURA DE PEDIDOS DE ISENÇÃO
11 e 12/09/2025 Até 17h	PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, NO SITE DO IMAIS.
12/09/2025 17h30	Data limite para envio, via upload, dos documentos exigidos para comprovação de Isenção.
16/09/2025 Até 17h	Divulgação, nos veículos oficiais: • Resultado das Solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição.
17 e 18/09/2025	Prazo recursal contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição de Inscrição, através do site do IMAIS.
22/09/2025 Até 17h	Divulgação, nos veículos oficiais: • Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição – Pós-Recurso.
24/09/2025	Prazo para que os candidatos que tiveram Indeferimento quando da Solicitação da Isenção da Taxa de Inscrição imprimam o boleto bancário.

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

3.24.1.1. Conforme normas do SISTAC (Sistema de Isenção da Taxa de Inscrição em Concurso Público), do Ministério do Desenvolvimento Social, o candidato terá direito a isenção do pagamento da taxa de inscrição, se:

- O número do NIS informado seja do candidato e esteja cadastrado;
- Pertencer a família com renda familiar, per capita, de até meio salário-mínimo;
- Informar o NIS e o nome completo e idêntico aos que constam no Cadastro Único; e
- Estiver com cadastro atualizado, ou seja, que tenha sido incluído ou atualizado há 24 meses ou menos.

3.24.1.2. Somente serão elegíveis candidatos de famílias com renda familiar per capita de **até meio salário-mínimo**. O Cadastro do candidato deverá ter sido incluído ou atualizado pela última vez há no máximo 24 meses.

Isenção – Doador de Medula Óssea

3.24.2. **Solicitação de Isenção – Doador de Medula Óssea:** enviar por upload no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), a **cópia digitalizada ou o Documento emitido de forma Digital**, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: "ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO" os seguintes documentos:

- cópia digitalizada ou o Documento emitido de forma Digital** da carteirinha e/ou declaração de doador – Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, disponíveis no aplicativo REDOME; e
- Declaração de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição preenchida e assinada conforme Anexo VII, deste Edital.

3.24.3. Os documentos previstos no subitem 3.24.2, deverão ser encaminhados **até as 17h30 do dia 12 de setembro de 2025**, por upload no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: "ISENÇÃO".

3.24.4. Antes de encaminhar os documentos de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição, o candidato deverá:

- digitalizar as cópias dos documentos e salvar o arquivo em formato PDF, JPG ou GIF, com até 10 (dez) MB;
- no caso de Documento emitido de forma Digital, baixar o arquivo e enviar em formato PDF, JPG ou GIF, com até 10 (dez) MB;

- os documentos que possuírem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;
- conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos;
- verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

3.24.5. Os documentos obtidos por meio digital (via Internet) deverão atender as seguintes condições:

- conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante;
- conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

3.24.6. Não será(ão) analisado(s) documento(s) ilegível(is) e/ou com rasura(s) ou proveniente(s) de arquivo corrompido, bem como arquivo(s) encaminhado(s) em formato(s) diferente(s) de PDF, JPG ou GIF.

3.24.7. Não serão considerados documentos encaminhados por e-mail, Correios, fax ou por quaisquer outras formas diferentes da única especificada neste Edital.

3.25. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o item 3.23., estará sujeito:

- ao cancelamento da inscrição e exclusão do Concurso Público, se a falsidade for constatada antes da Homologação de seu Resultado;
- b) à exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a Homologação do Resultado e antes da nomeação para o Cargo;
- c) à declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

3.26. Será considerada nula a isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- omitir informações e/ou apresentar informações inverídicas;
- fraudar e/ou falsificar documentação.

3.26.1. Para os casos mencionados nas alíneas "a" e "b", do item 3.26, acima, o candidato terá sua situação informada à autoridade policial competente para as providências cabíveis.

3.27. Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- pleitear a isenção sem preencher, no momento da inscrição, o Formulário de Solicitação de Isenção/isenção disponível no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br);
- não observar o período para a solicitação de isenção; e
- não observar ao solicitado no item 3.24. e subitens.

3.28. Não serão aceitas as Solicitações de Isenção de Taxa de Inscrição por e-mail, Correios, fax ou por quaisquer outras formas diferentes da única especificada neste Edital, bem como se apresentadas incompletas.

3.29. É vedada a concessão de isenção de 02 (duas) ou mais taxas de inscrição ao candidato no mesmo Concurso Público.

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

Acrescenta-se o ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Permanecem inalterados os demais itens do Edital do Concurso Público nº 04/2025.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital de Retificação nº 01.

Jarinu/SP, 10 de setembro de 2025.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP

REALIZAÇÃO:



O Futuro é nosso Presente

4

**EDUCAÇÃO | Resoluções****RESOLUÇÃO SME/CME Nº 06 de 09 de setembro de 2025**

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA O USO DE CELULARES E DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE JARINU/SP.

A Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação (CME) de Jarinu/SP, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e:

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 18.058, de 5 de dezembro de 2024, que restringe o uso de dispositivos eletrônicos por estudantes no ambiente escolar do Estado de São Paulo;

Considerando a Lei Federal nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, que estabelece diretrizes nacionais para o uso pedagógico consciente de tecnologias móveis em instituições de ensino;

Considerando a Indicação CEE nº 238/2025, do Conselho Estadual de Educação, que orienta a construção de uma cultura de uso responsável da tecnologia por toda a comunidade escolar;

Considerando a determinação da Comissão Permanente de Sindicância da Prefeitura Municipal de Jarinu, emitida em março de 2025, sobre conduta funcional e o uso de celulares por servidores públicos;

Considerando a necessidade de padronizar e orientar práticas seguras, pedagógicas e responsáveis quanto ao uso de celulares e dispositivos eletrônicos nas escolas da rede municipal;

Considerando que a prioridade máxima da educação pública é o cuidado com os alunos, seu desenvolvimento integral e a promoção de um ambiente escolar saudável, ético e focado no ensino e na aprendizagem;

RESOLVE:

Artigo 1º – Do uso autorizado de dispositivos eletrônicos nas unidades escolares

O uso de celulares, tablets, relógios inteligentes e outros dispositivos com acesso à internet será restritamente permitido nas seguintes situações:

I – Uso pedagógico planejado:

Quando expressamente previsto em atividades pedagógicas, com objetivos educacionais claros, mediante autorização prévia da equipe gestora da escola.

II – Uso como recurso adaptativo para alunos com deficiência ou condição de saúde específica:

Quando o aluno necessitar de recursos de acessibilidade digital para participar efetivamente das aulas, conforme

avaliação médica, pedagógica ou psicopedagógica.

III – Uso funcional pelas equipes gestoras e multidisciplinares:

Permitido exclusivamente para fins profissionais, no desempenho de funções específicas dos seguintes profissionais: Diretores, Vice-Diretores, Coordenadores, Psicólogos, Assistentes Sociais, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos e Supervisores.

Parágrafo único – Para fins desta Resolução, considera-se “dispositivo eletrônico” qualquer equipamento portátil com acesso à internet, comunicação ou aplicativos, tais como: celulares, tablets, notebooks, smartwatches, entre outros similares.

§1º – O uso dos dispositivos, nos termos do inciso I, será limitado ao tempo de duração da atividade pedagógica que o justifique.

§2º – Entende-se como “período de aula/expediente” todo o tempo de permanência do aluno, servidor ou docente na unidade escolar, incluindo atividades extracurriculares, extraclasse ou administrativas.

Artigo 2º – Da conduta exemplar da equipe escolar

Conforme a Indicação CEE nº 238/2025, orienta-se que todos os profissionais da educação atuem como referência para os estudantes, praticando o uso consciente e responsável das tecnologias digitais no ambiente escolar.

“A postura dos educadores e funcionários impacta diretamente na construção de uma cultura disciplinada e ética em relação ao uso de celulares. O uso indevido diante dos alunos compromete a credibilidade das normas e o foco no aprendizado. Práticas coerentes, baseadas no autocontrole e no exemplo, são essenciais para legitimar as diretrizes legais e educacionais em vigor.”

Artigo 3º – Da conduta funcional dos servidores públicos

Nos termos da determinação da Comissão Permanente de Sindicância da Prefeitura de Jarinu, fica vedado aos servidores públicos municipais o uso de celulares para fins pessoais durante o horário de expediente, salvo em casos de emergência justificada.

A Secretaria Municipal de Educação deverá promover ações educativas internas sobre o uso responsável de dispositivos durante o trabalho, registrando orientações e eventuais reincidências.

Artigo 4º – Da proibição do uso indiscriminado

Fica expressamente proibida a utilização irrestrita ou pessoal de dispositivos eletrônicos por qualquer servidor ou educador nas unidades escolares, sempre que essa prática não estiver prevista nos termos desta Resolução.

Artigo 5º – Da orientação nas unidades escolares



As escolas da rede municipal deverão promover reuniões de orientação com todos os membros da equipe escolar, registrando em ata assinada pelos participantes.

§1º – Em caso de recusa de assinatura, a ata poderá ser validada com a assinatura de dois servidores presentes, com ou sem cargo de chefia, em razão de sua fé pública.

§2º – As orientações também devem ser comunicadas às famílias e aos responsáveis, de forma clara e acessível.

Artigo 6º – Procedimentos diante de uso indevido de dispositivos eletrônicos

Caso sejam identificados casos recorrentes de uso indevido de celulares ou outros dispositivos eletrônicos por alunos ou profissionais, sem finalidade pedagógica, funcional ou justificativa prevista nesta Resolução, a unidade escolar deverá adotar as seguintes providências:

I – Registro formal da ocorrência:

A direção ou coordenação pedagógica deverá realizar o registro da situação em documento próprio (livro de ocorrências com funcionários, ficha individual do aluno ou relatório funcional, conforme o caso), com descrição objetiva do fato.

II – Ação educativa imediata:

O responsável pelo acompanhamento do caso deverá promover, sempre que possível, uma abordagem orientativa, reforçando os objetivos da política institucional e os riscos do uso inadequado dos dispositivos.

III – Comunicação às famílias ou responsáveis legais (quando for aluno):

Em caso de reincidência por parte do aluno, a escola deverá comunicar formalmente à família ou responsável, por meio de bilhete, ligação ou reunião agendada, mantendo o registro da comunicação.

IV – Encaminhamento à equipe gestora ou pedagógica:

Ocorrências reiteradas de alunos, ou que envolvam resistência ao cumprimento das normas deverão ser analisadas pela equipe gestora, com apoio da equipe multidisciplinar, quando houver, podendo gerar plano de acompanhamento individual.

V – Aplicação de medidas administrativas e disciplinares:

No caso de servidores, o uso reiterado e indevido poderá resultar em advertência verbal ou escrita, conforme a gravidade, e nos termos do Regime Jurídico Único Municipal.

§1º – Todas as medidas deverão priorizar o caráter educativo, restaurativo e preventivo, buscando sempre o diálogo e o fortalecimento da cultura de responsabilidade no ambiente escolar.

§2º – Em situações que envolvam afronta direta à autoridade da escola ou descumprimento deliberado das normas, a unidade poderá solicitar apoio direto da Secretaria Municipal de Educação para mediação ou outras providências cabíveis.

Artigo 7º – Das normativas complementares

A Secretaria Municipal de Educação poderá editar normas complementares, sempre que necessário, para melhor orientar, fiscalizar e garantir o cumprimento desta Resolução.

Artigo 8º – Da vigência

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser amplamente divulgada em todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Jarinu/SP.

Artigo 9º – O uso responsável das tecnologias digitais nas escolas é um compromisso coletivo. Com atitudes coerentes, respeito às normas e foco no aprendizado, garantimos um ambiente escolar mais seguro, equilibrado e promotor de cidadania.

Artigo 10 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 09 de setembro de 2025.

Cristiane Aparecida Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação

Rosângela Aparecida Souza Machada Bruno
Presidente do Conselho Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL | Atos do Poder Legislativo

PORTARIA Nº 31 de 10 de setembro de 2025

“Nomeia o Sr. Carlos Alberto Castellon Torrico para exercer o cargo de Assessor Parlamentar na Câmara Municipal de Jarinu”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo artigo 29 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Sr. Carlos Alberto Castellon Torrico, portador do RG Nº 14651576-6 SSP/SP, CPF Nº 059.138.598-80, para exercer o cargo comissionado de Assessor Parlamentar, na Câmara Municipal de Jarinu, com a referência estabelecida na lei municipal.

Artigo 2º - O referido cargo está previsto na Lei Ordinária Municipal nº 230 de 02 de dezembro de 2024.

Artigo 3º - Os recursos orçamentários serão suportados pelo orçamento da Câmara Municipal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Registrado e Publicado no Diário Oficial do Município de Jarinu.

Câmara Municipal de Jarinu, em 10 de setembro de 2025

Rogério Pereira de Souza (Sapão)
Presidente da Câmara Municipal de Jarinu